



FEMINISMO DIALÓGICO: DIÁLOGO POSSÍVEL ENTRE DIFERENTES IDENTIDADES PARA A SUPERAÇÃO DE DESIGUALDADES DE GÊNERO

Carolina Orquiza Chermem¹
Roseli Ridrigues Mello²
Raquel Auxiliadora Santos³

Introdução:

Uma breve análise dos movimentos feministas no Brasil e no mundo indica uma infinidade de ações e diferentes formas de organizações que tiveram como conseqüências avanços e conquistas por parte das mulheres numa sociedade estruturada por relações de gênero desiguais. Por relações de gênero compreendemos as relações sociais que se dão entre homens e mulheres, homens e homens e ainda entre mulheres e mulheres, as quais não são construídas em função de suas características biológicas, mas de um produto social que legitima relações de poder (SCOTT, 1990) e que podem ser transformadas. Portanto, a compreensão das relações de gênero nos permite “analisar papéis, responsabilidades, limitações e oportunidades, que se distribuem de forma diferente, entre homens e mulheres, no interior da unidade de produção, da família, da comunidade e da sociedade” (ABRAMOVAY; SILVA, 2000, p. 348).

Contudo, faz-se necessário ressaltar a posição das mulheres nesta relação dialética, na medida em que, apesar dos avanços, ainda são as maiores prejudicadas pela ideologia sexista e sofrem conseqüências profundas de limitação de oportunidades. São exemplos os dados de violência contra as mulheres no Brasil, a forma como a divisão sexual do trabalho reserva trabalhos precarizados às mulheres de baixa renda e baixa escolaridade ou a ausência de mulheres nos espaços de poder e decisão, em especial no caso brasileiro.

É na direção de superação das contradições ideológicas que impedem as mulheres de se desenvolver em sua amplitude, que o movimento feminista vem se organizando ao longo do tempo, seguindo diferentes momentos históricos e distintas necessidades de luta, bem como seguindo diferentes correntes de pensamento e referenciais teóricos, na medida em que ganhou amplitude como um movimento acadêmico (PINTO, 2003).

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Educação – Universidade Estadual de Campinas. carolinacherfem@yahoo.com.br

² Professora Doutora da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Departamento de Metodologia de Ensino.

³ Pedagoga e responsável pela Divisão de Políticas para as Mulheres – Prefeitura Municipal de São Carlos.



Observa-se que não existe apenas uma definição de feminismo. Podemos falar em feminismos, marcados, de um lado, pela reunião de mulheres intelectuais que vêm se dedicando aos estudos de gênero e, de outro, por um número de mulheres militantes, acadêmicas ou não, mas que tem se dedicado a resgatar a tradição democrática deste movimento, pautada na solidariedade e união entre diferentes mulheres para a emancipação de todas (ÁVILA, 2002).

É nesta direção que se localiza este artigo, apresentando o denominado Feminismo Dialógico (PUIGVERT, 2001-ab), que vem se destacando num debate internacional das discussões e estudos de gênero por ser um feminismo que busca radicalizar o diálogo entre diferentes mulheres, na tentativa de contemplar o maior número possível de mulheres nos debates e lutas deste movimento. Tal feminismo busca um caminho de superação das relações de opressão sofridas pelas mulheres, como também na relação de opressão entre as próprias mulheres. É orientado, em especial, pelo princípio da igualdade de diferenças.

Dessa forma, este artigo apresenta o referencial teórico que fundamenta o Feminismo Dialógico, o qual corresponde ao conceito da Aprendizagem Dialógica (FLECHA, 1997), possibilitando os elementos necessários para a compreensão deste feminismo. A partir disto, o artigo apresentará o Grupo de Ação e Estudos de Gênero e Feminismo Dialógico, do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – NIASE/UFSCar, responsável pelo desenvolvimento de ações de enfrentamento das desigualdades de gênero por meio de projetos educativos, de reflexão e de prevenção à violência junto a mulheres de grupos populares. Pretende-se apresentar os Grupos de Mulheres e as oficinas desenvolvidas no mês da mulher⁴, atividades que reforçam a organização de mulheres em solidariedade para trocar experiências, visando construir alternativas que auxiliem a reformular as normas de gênero, a partir de suas necessidades e interesses.

Aprendizagem Dialógica: base orientadora do Feminismo Dialógico

O referencial teórico-metodológico da Aprendizagem Dialógica foi elaborado por Ramón Flecha (1997), no e com o Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades – CREA, da Universidade de Barcelona, o qual trabalha em cooperação com o

⁴ O Mês da Mulher corresponde a um conjunto de atividades organizadas e/ou articuladas todos os anos pela Prefeitura Municipal de São Carlos em comemoração ao dia 8 de março, dia internacional da mulher.



NIASE/UFSCar⁵. Tal conceito vale-se da Ação Comunicativa de Habermas (1987-ab) e da Dialogicidade de Freire (2005), tendo o diálogo como o centro da construção de conhecimento.

A Aprendizagem Dialógica apóia-se em Habermas (1987) para compreender a realidade social como uma construção humana cujos significados são construídos de forma intersubjetiva, por meio da comunicação entre as pessoas que compartilham um mundo social e objetivo na construção de subjetividades. O conceito central de intersubjetividade implica dizer que nós humanos não nos educamos isoladamente, não aprendemos sozinhos, mas em comunicação, ou seja, a minha transformação é indissociável da transformação de quem está diretamente comigo. Portanto, a realidade é de natureza comunicativa, sendo os significados produto das interações sociais.

Nesta perspectiva sujeito e sistema se constituem reciprocamente, podendo os sujeitos intervir no sistema. Tal possibilidade se torna vigente na medida em que somos sujeitos históricos, capazes de consciência e de fazer a história, nas relações de uns com os outros mediatizadas pelo mundo (FREIRE, 2005). Ao direcionarmos o nosso olhar para o movimento feminista, compreendemos que a intersubjetividade é a chave da luta das mulheres pela igualdade, na medida em que a possibilidade de transformação das relações de gênero se apresenta como o resultado da interação entre as mulheres e entre elas e os homens, bem como na interação com o sistema.

Conforme elucida Freire (2005), os sujeitos são condicionados e não determinados pelo meio, podendo, portanto, em diálogo, refletir, escolher e participar da elaboração dos seus próprios caminhos. Vale salientar que, ao relacionar sujeito e sistema, centralizando a possibilidade de atuação nas estruturas sociais, esta perspectiva teórica se apresenta em consonância com o projeto cunhado pelo feminismo, já que este último pretende explicitamente contestar a dominação-exploração masculina. Conforme aponta Saffioti (2004, p. 113), quem lida com gênero numa perspectiva feminista, “por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária”.

Nessa direção, Habermas (1987) salienta que, na modernidade sistêmica, podem os sistemas colonizar o mundo da vida, tendo como consequência a negação dos processos de socialização democrática. Assim, o embate presente é o de nos educarmos para além dos processos de dominação sistêmica e das relações de poder, buscando possibilidades de transformações que se iniciam no mundo da vida, mas que o perpassam e atingem o sistema, por meio da argumentação e validade de acordos alcançados no diálogo intersubjetivo.

⁵ O NIASE foi fundado no ano de 2002 quando sua coordenadora e co-autora deste artigo, Roseli Rodrigues de Mello, desenvolveu o Pós-Doutorado junto ao CREA. Desde então, o NIASE pauta suas ações e pesquisas orientado pelo conceito da Aprendizagem Dialógica, seguindo as demandas e especificidades do contexto brasileiro.



No que tange o diálogo, a partir de Freire (2005), podemos compreendê-lo como o encontro entre diferentes lógicas para ampliação da compreensão da realidade, para possibilidade de consciência que leva a mudança. Portanto, o diálogo guarda duas dimensões radicalmente imbricadas: a ação e a reflexão (FREIRE, 2005). Tais dimensões nos apontam a idéia de *práxis* presente no diálogo, não podendo ser confundido com uma simples conversa.

Vale salientar que este processo de diálogo é permeado constantemente pelo conflito. É no conflito que diferentes lógicas se encontram para possibilidade de consciência, o que, em termos ideais, impulsiona a transformação. Nesta vertente, todo conhecimento é suscetível de crítica, uma vez que as interferências e os dissensos favorecem e enriquecem as interações (FERRADA, 2001).

Dessa forma, os conceitos fundamentais do diálogo são consenso, dissenso e igualdade e são elaborados pela aprendizagem dialógica pela relação de sete princípios imbricados entre si: Diálogo Igualitário (considera-se a função de validade de um argumento e não a posição de poder das pessoas que estão na interlocução); Inteligência Cultural (todas as pessoas possuem capacidades para participar de um diálogo, capacidades distintas seguindo diferentes contextos); Transformação (somos seres de transformação e não de adaptação); Dimensão Instrumental (o acesso ao conhecimento instrumental, advindo da escolarização, é um conhecimento importante para agir no mundo); Criação de Sentido (o sentido ressurgue quando a interação entre as pessoas é dirigida por elas mesmas); Solidariedade (as práticas educativas igualitárias só podem se fundamentar em concepções solidárias); Igualdade de diferenças (todas as pessoas devem ter o direito de viver e pensar de maneira diferente e ser respeitadas por isso) (FLECHA, 1997).

Com base nesses princípios orientadores, o conceito da aprendizagem dialógica busca construir alternativas em diálogo com diferentes grupos e instituições para a superação das realidades opressoras. É exatamente por isso que se apresenta como base para um feminismo em que diferentes mulheres possam dialogar na busca de relações de gênero mais igualitárias.

Feminismo Dialógico: igualdade sem homogeneização e diferença sem exclusão social

Se o diálogo é o encontro de diferentes lógicas, o que permite, de um lado, ampliação e maior compreensão da realidade, e, de outro, a possibilidade de nos educarmos permanentemente, na medida em que revemos o que pensamos ao nos deparar com lógicas distintas, o feminismo dialógico se apresenta na direção de refletir sobre diferentes lógicas possíveis em torno do ser mulher. Dessa forma, busca a radicalização do diálogo entre diferentes mulheres para que possam pensar juntas em como transformar as relações de gênero em busca de igualdade.



A proposta deste feminismo pauta-se na luta por proteção social, tendo como pano de fundo os direitos humanos. Conforme aponta Ávila (2002), as discussões em torno dos direitos humanos possibilitaram pensarmos em mulheres como “sujeitos de direito” na construção da cidadania, possibilitando avanços não apenas nas relações diretas entre homens e mulheres, mas também na organização da vida social. Para Ávila (ibid, p. 128), esta é a contribuição histórica do movimento das mulheres, uma vez que “a construção desse sujeito produziu uma heteronomia do que se denomina condição feminina, trazendo para as mulheres a possibilidade de romper com a situação de vítimas ou de protegidas e com a fixidez de uma identidade imposta por esta condição”.

Dessa forma, a luta pela igualdade entre os sexos passa também pelo reconhecimento do ser mulher, pela identidade feminina, ou seja, pela valorização da mulher como sujeito que pode lutar por e ter direitos, desde que nesta identidade, a igualdade esteja vinculada a diferença.

Nessa direção, a teoria do feminismo dialógico (PUIGVERT, 2001-ab) foi elaborada a partir do princípio da igualdade de diferenças, que, em relação às categorias de gênero, pretende dois objetivos: “(1) desenhar um novo panorama de convivência entre diferentes identidades⁶ não centrado no desconhecimento do outro e (2) compreender os mecanismos que podem colocar em prática o processo de reformulação das normas de gênero” (PUIGVERT, 2001-b, p. 99).

Ao salientar a necessidade de convivência entre distintas identidades, Puigvert (ibid) critica a visão que afirma ser necessário desconstruir (destruir) a nossa identidade e todas as normas que a regem (ibid, p. 96). É evidente que a sociedade se fundamentou seguindo uma identidade única que precisa ser revista: homem, branco, heterossexual, de classe média, urbana, sendo todas as outras (mulheres, homossexuais, pessoas negras, os grupos rurais, etc.) compreendidas como “o outro”.

Contudo, a perspectiva da igualdade de diferenças aponta para a necessidade de reflexões e de diálogo entre identidades, a partir de uma categoria aberta e flexível. Segundo Puigvert (2001), pautada nos estudos de Habermas, a identidade diz quem somos e quem queremos ser, mas essa construção não é aleatória, depende do grupo, da nação na qual se vive. Portanto, a identidade se apresenta sempre em movimento, sendo que as interações em distintos espaços irão compor diferentes identidades.

⁶ Esta perspectiva de identidade pauta-se numa compreensão intercultural de entendimento das relações entre os sujeitos, ou seja, tem seu foco no diálogo entre culturas e no interior delas e não na diferença. Segundo Coelho e Mello (2008), essa concepção começa a ser desenvolvida nos países europeus e, no Brasil, é uma perspectiva que já existia no interior dos estudos relativos às populações indígenas. Na concepção intercultural, a diversidade é entendida como riqueza humana e, segundo Collet citada por Coelho e Mello (2009, p. 34), “apareceu em contraposição às ideologias anteriores de assimilação e integração da diferença”.



Permeada por esta compreensão, torna-se fundamental refletir conjuntamente sobre que efeitos as representações identitárias produzem, considerando a existência do outro e a pluralidade de vozes. Isso significa que o conhecimento e reconhecimento do outro é fundamental, mas não é suficiente. O feminismo dialógico apresenta a necessidade de diálogo no interior de cada identidade, entendendo as relações de poder e de força que estão presentes numa educação em que diferentes culturas estão em relação (COELHO; MELLO, 2008).

Assim sendo, o desafio apresentado é a luta por ampliação de direitos para que todas as identidades sejam respeitadas e conquistem proteção social necessária para isso. Mais do que valorização de diferenças, refere-se ao direito de viver a diferença.

Há que salientar ainda, que a luta dos grupos identitários, como por exemplo, das mulheres, ampliaram, e ainda ampliam, consideravelmente o direito de se auto-representarem e de falarem por si e de si, evidenciando a opressão e buscando formas de superação desta realidade que oprime.

No tocante a necessidade de colocar em prática as normas de gênero, Puigvert (2001-b) salienta a importância de que esta discussão atinja amplamente a sociedade, chegando às distintas classes sociais, grupos e práticas sociais, possibilitando que mais pessoas tenham condições de se educar na luta feminista pela igualdade.

No desenvolvimento desta teoria, Puigvert reflete sobre as duas principais ondas do movimento feminista: o feminismo da igualdade e o feminismo da diferença num contexto internacional. O primeiro corresponde às posições que as feministas adotaram no século XX, o qual, sem dúvida, foi revolucionário para a sociedade ao lutar pelo direito ao sufrágio feminino, pelo acesso igualitário à educação, pelo direito ao trabalho, equiparação dos salários, entre outras conquistas fundamentais às mulheres. Contudo, este feminismo baseou-se principalmente em tudo o que a igualdade com respeito ao homem se refere, partindo de interesses individuais, coletivos, sociais e políticos das mulheres, mas levou um grupo reduzido a pensar por todas⁷.

Em relação ao feminismo da diferença, outra postura das feministas do século XX, surge como crítica ao conceito de igualdade homogeneizante, negando as regras masculinas para todas as

⁷ A que se considerar que, no Brasil, mais precisamente nas décadas de 1970 e 80, o feminismo buscava radicalizar a democracia, incorporando as lutas e reivindicações dos movimentos de base e organizações de bairro nas pautas do feminismo. Destaca-se o movimento de lutas das mulheres trabalhadoras nos sindicatos, os clubes de mães e grupos de reflexões em distintos bairros, os quais pautavam as políticas públicas necessárias às mulheres nesses contextos (PINTO, 2003; SARTI, 2001). Como elucida Sarti (2001, p. 38), “o feminismo brasileiro caracterizou-se pela pluralidade e diversidade sem negar as particularidades das mulheres envolvidas, expandindo-se pela articulação das feministas com as organizações de bairro e dirigindo suas demandas ao Estado como promotor de bem-estar social”. Nessa direção, rever a história do movimento feminista no Brasil nos ajuda a pensar o feminismo dialógico em nosso contexto.



mulheres. O debate deste feminismo é baseado nas diferenças, destacando primeiramente as preferências sexuais e mais tarde a diversidade de etnias, sexualidades e classes, contra um único modelo de ser mulher. A crítica de Puigvert (2001-a, p.167) a essa fase é que reconhece unicamente as diferenças, podendo aumentar as desigualdades, uma vez que reivindica a afirmação das “sensações e desejos individuais como as melhores vias para desenvolver um novo feminismo livre de imposições”.

Embora também reconheçamos os avanços desta corrente de pensamento, a dificuldade está em esquecer o marco da luta igualitária pela não possibilidade de diálogo e comunicação entre as pessoas, desconsiderando que nem todas as pessoas têm o mesmo direito de ser diferente. Para a autora, nessas teorias se defende um direito de diferença desvinculado do direito de igualdade, promovendo igualdade somente para grupos restritos.

É a partir destas reflexões que Puigvert desenvolve a teoria do feminismo dialógico, seguindo o desejo de radicalizar os valores democráticos no feminismo, a partir do igual direito que todas as pessoas têm de “ser e viver de forma diferente”. Para a autora (2001-a, p. 169), este é o “conceito novo”, na medida em que representa a possibilidade do diálogo intersubjetivo, incluindo as vozes de diferentes mulheres, a partir de suas próprias organizações, possibilitando que mais mulheres se beneficiem dos avanços conquistados.

Em consonância com estas críticas apresentadas por Puigvert, algumas teóricas brasileiras também vêm se posicionando. Tomamos como exemplo Costa (2004) que, ao refletir sobre os movimentos feministas, indica que nas diferentes formações sociais, num contexto nacional e internacional, as desigualdades entre as próprias mulheres tem sido “pouco avaliadas pelos feminismos no que concerne, inclusive, a conteúdos de pautas de lutas” (p. 24). Para a autora, muitas feministas lutam pela desigualdade entre homens e mulheres em busca do conforto de suas próprias vidas, mas escondem a gravidade de uma série de mulheres que estão em condições de miséria e que sofrem mais diretamente com a ausência de proteção social. Tal situação, expõe a importância de repensarmos, enquanto feministas, as referências usuais sobre a história das mulheres, dos feminismos e das relações de gênero.

O Grupo de Ação e Estudos de Gênero e Feminismo Dialógico

Seguindo a perspectiva do Feminismo Dialógico, no ano de 2007, o NIASE criou o Grupo Ação e Estudos de Gênero e Feminismo Dialógico, o qual vem desenvolvendo atividades de pesquisa e aprofundamento teórico em torno do referencial teórico supra-citado, bem como



atividades de extensão com a formação de Grupos de Mulheres e oficinas realizadas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS da Cidade de São Carlos, por meio da parceria com a Divisão de Políticas para as Mulheres, da Prefeitura Municipal de São Carlos.

Este Grupo ressalta, principalmente, duas dimensões das relações de gênero: a) relações sociais que configuram historicamente práticas de violência e depreciação contra as mulheres; b) resistência e luta de diferentes mulheres para superar, em diálogo, esse processo de desigualdade e exclusão, bem como de desigualdades existentes entre as próprias mulheres.

Assim, desenvolve os Grupos de Mulheres, que correspondem à criação de espaços de reflexão e ação, por meio do diálogo entre diferentes mulheres, seguindo o objetivo de estabelecer laços de solidariedade e trocar experiências para a construção de alternativas nos espaços onde possam estar representadas. A proposta é que as mulheres possam refletir sobre suas vidas e sobre o processo histórico de dominação em que vivem e, a partir disso, apresentarem e assumirem propostas de transformação de práticas em suas vidas. Nesses grupos, cada mulher se posiciona e atua segundo suas próprias escolhas e assumindo o compromisso de se educar nas interações e no diálogo igualitário.

Partindo dos conhecimentos, experiências, mundo da vida e interesses das participantes, bem como seguindo os princípios da aprendizagem dialógica, nesses Grupos são dialogados temas variados, a partir das necessidades apontadas pelas mulheres participantes de cada grupo. São exemplos de temas: mulher e trabalho, mulheres empregadas domésticas, mulher e mídia, educação de filhos e filhas, mulher e relacionamentos, violência contra as mulheres, mulheres negras, etc.

Nos Grupos de Mulheres a autoconfiança é um aspecto fundamental que pode ser fortalecida a partir da interação com outras companheiras, falando sobre como resolvem os conflitos em casa, como aconselham suas amigas, refletindo sobre os avanços da mulher na sociedade e sobre as condições de vida de suas filhas e filhos. As mulheres passam a compartilhar estratégias para superação das desigualdades de gênero.

Enquanto metodologia de educação, o Grupo de Mulheres segue uma periodicidade mensal, desenvolve-se durante 2 horas, com o objetivo de dialogar e compartilhar temas que gostariam de discutir sobre a vida feminina. Para tal, pode ser selecionado algum pequeno texto, vídeos ou outros materiais que auxiliam nos diálogos e possibilitam acesso à informação. A partir de cada encontro, as mulheres combinam o desenvolvimento de diferentes ações.

Em alguns Grupos de Mulheres, tais como nos grupos desenvolvidos com mulheres rurais dos Assentamentos Horto Aimorés (Bauru/Pederneiras) e Santa Helena (São Carlos), as ações de



reflexões se estenderam para a necessidade de articulação e atividades que contribuam para a geração de renda, na perspectiva da economia solidária. Já no Grupo do CRAS Vila São José, as reflexões levaram ao desenvolvimento de oficinas de tear e de informática, na direção de contribuir para a aprendizagem instrumental de mulheres.

Em relação às oficinas do mês da mulher, o Grupo de Ação e de Estudos de Gênero e Feminismo Dialógico vem promovendo atividades que fomentam, além das reflexões, práticas educativas como ação preventiva da violência contra a mulher. No ano de 2009, tais oficinas denominaram-se “Mulheres em Solidariedade: organização feminina em diferentes espaços”, e foram desenvolvidas em diferentes locais, incluindo-se os CRAS, salas de EJA da rede municipal de educação de São Carlos e empresas.

Diante dos resultados positivos dessas atividades, para o ano de 2010, em que se comemorou o centenário do dia 08 de março, as oficinas foram novamente desenvolvidas. Nestas, priorizou-se as discussões em torno das transformações realizadas por mulheres nestes 100 anos de luta. O diálogo desenvolveu-se a partir de duas questões fundamentais: como viviam as mulheres de antigamente? Como vivem as mulheres atualmente? Para cada questão discutiam-se eixos orientadores da vida social, a exemplo: desejos e preocupações, sonhos, direitos das mulheres, trabalho e atribuições, além de traçarmos as metas futuras para cada grupo de mulheres nos diferentes bairros em que as oficinas foram realizadas.

Percebeu-se nas oficinas a necessidade de criação de mais espaços de diálogos entre mulheres em torno das relações de gênero, bem como a necessidade de trocas de informações sobre como mulheres vêm conquistando os seus direitos e transformando suas relações cotidianamente no âmbito da família e na educação de filhos e filhas.

De maneira geral, participaram das oficinas mulheres de baixa renda e baixa escolaridade, as quais, de um lado, nem sempre estão protegidas socialmente para suas conquistas, e, de outro, vêm desenvolvendo ações cotidianas para inserção no mundo do trabalho, conquista de sonhos e de direitos específicos, tais como: vagas em creches, efetivação de ações que envolvem a saúde da mulher, busca de informações para a superação de violência e superação de preconceitos contidos nos estereótipos das relações sociais configuradas por desigualdades de gênero.

Vale destacar que, em muitas das oficinas, a participação de homens também se fez presente, o que compreendemos como fundamental para as transformações das relações de gênero que buscamos.



A partir destas experiências, novos Grupos de Mulheres estão sendo criados, permitindo maior aproximação entre o trabalho do Niase e o trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais e outras profissionais que desempenham um papel social importante nos CRAS. As oficinas também auxiliam o trabalho da Divisão de Políticas para as Mulheres na formulação de suas atividades, no desenvolvimento de atividades de formação de profissionais e na elaboração de políticas públicas.

Dessa forma, os Grupos de Mulheres e as oficinas desenvolvidas, a partir da orientação do feminismo dialógico, vêm se apresentando como ações educativas importantes para a luta das mulheres na cidade de São Carlos. Com esta experiência, salientamos a necessidade de mais ações educativas e de reflexões sobre as questões de gênero, de forma que as mulheres possam refletir sobre o processo histórico de dominação em que vivem e buscar coletivamente novas possibilidades. É preciso que as mulheres possam dialogar sobre tal realidade e se educarem para a transformação, em perspectiva preventiva.

Assim, finalizamos este artigo reafirmando a necessidade do desenvolvimento de ações que compreendam a mulher enquanto protagonista social, como uma busca para que o maior número possível de mulheres possa escolher como quer que seja sua vida e seja respeitada por isso. Em outras palavras, como possibilidade de conquistas de relações mais igualitárias de gênero, a partir do diálogo, ampliando oportunidades e sonhos para um número cada vez mais amplo de mulheres.

Para tal, faz-se necessário a construção de um projeto em que o feminismo não privilegie somente um número restrito de mulheres, mas que reflita também na desigualdade entre as próprias mulheres para a real libertação de todas. Em consonância com Sarti (2001, p. 48), “não é possível fazer emergir uma mulher livre de sua opressão específica sem a garantia de equidade e liberdade para todos”.

Bibliografia

ABRAMOVAY Miriam; SILVA Rocicleide da. As relações de gênero na confederação nacional de trabalhadores rurais (Contag). In ROCHA, Maria Isabel Baltar (org). *Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: editora 34, 2000. p. 347 – 367.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

COELHO, Marciele Nazaré; MELLO, Roseli Rodrigues. *Memórias de Angola e vivências no Brasil: educação e diversidade étnica e racial*. 185 p. Tese de doutorado defendida junto ao Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: 2008.



FERRADA, Dona. *Currículo Crítico Comunicativo*. Barcelona: El Roure, 2001.

FLECHA Ramón. *Compartiendo Palabras: El aprendizaje de las personas adultas a través del diálogo*. Barcelona: Paidós, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 43 ed.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Vol.1. Racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987.

PINTO, Céli Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

PUIGVERT, Lúdia. *Las otras mujeres*. Barcelona: El Roure editorial, 2001 (a).

_____. Igualdade de Diferenças. In BECK-GERNSHEIM, Elisabeth; BUTLER, Judith;

PUIGVERT, Lúdia. *Mujeres y transformaciones sociales*. Barcelona: El Roure, 2001 (b). p. 93-107.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARTI, Cynthia. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*, Cadernos Pagu, n. 16. Campinas, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 25/05/2010.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.16, n. 2, jul/dez, 1990.